



GARGANO, Guido Innocenzo. *A formação da identidade cristã*. Paulinas, 2019.

Erik Dorff Schmitz*

A obra *A formação da identidade cristã*, de Guido Innocenzo Gargano, tem como objetivo apresentar aos leitores o modo como os Padres cristãos leem a Bíblia imediatamente após os Apóstolos e os autores do Novo Testamento, procurando compreender-lhes a intuição originária, a problemática histórica, existencial e de fé. Dos Padres antigos, mais importante do que saber o que oferecem sobre a exegese propriamente dita de um texto é descobrir o modo como realizaram e viveram essa exegese.

Dos Padres antigos interessa-nos não somente aquilo que puderam oferecer sobre a exegese propriamente dita de um texto, mas principalmente a forma como realizaram e viveram aquela exegese. As primeiras gerações cristãs foram colocadas muito cedo diante de problemas de não fácil solução por causa de sua aceitação da fé apostólica. Ao ler o Novo Testamento percebe-se o choque fortíssimo que receberam os primeiros discípulos de Jesus diante da recusa a ele e a sua mensagem por parte das autoridades legítimas de Israel, quer religiosas, quer políticas e culturais, e sobretudo diante do seu fim humilhante de crucifixão. A ressurreição de Jesus dos mortos não foi fácil de ser aceita, nem mesmo por seus discípulos mais próximos, e disto o novo Testamento dá testemunho eloquente.

A obra apresenta sobretudo uma análise das exegeses feitas por quatro Padres da Igreja: Justino Mártir, Melitão de Sardes, Ireneu de Lyon e Hipólito. Veremos como Gargano nos apresenta elas.

Justino Mártir baseia sua hermenêutica no testemunho profético, que ele refere, indistintamente, quer se trate dos profetas de Israel, quer dos profetas da Igreja, quer, enfim, de todos aqueles que, embora parcialmente, são ou foram instrumentos dos mesmo Logos divino. Daí se compreender o porquê do seu contínuo refletir sobre textos dos antigos profetas de Israel e sobre novos profetas da Igreja; mas também sobre as

* Mestre em Literatura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019). Bacharel em Filosofia (Faculdade São Luiz, Brusque, 2011). Bacharel em Teologia (Faculdade Católica de Santa Catarina, Florianópolis, 2015).
E-mail: erik.schmitz@hotmail.com





conquistas, mesmo parciais, da verdade, obtidas pelos sábios espalhados nas histórias dos povos.

Este método de pesquisa supõe que o Logos, extraordinariamente pródigo em lançar sua semente ao longo de toda a história de Israel e dos seus profetas, ainda que, e é a convicção de fé de Justino, se tenha manifestado de forma completa somente no Logos feito carne em Jesus de Nazaré. O apologista romano propunha também uma espécie de primogenitura e de fonte primária devida a Israel, em particular ao seu profeta Moisés, ao qual liga a sua fé cristã. Buscando, pois, conseguir uma resposta para explicar seja a incapacidade dos pagãos, seja aquela, em particular, dos hebreus, de reconhecer verdade revelada plenamente em Jesus de Nazaré, Justino estava convencido de encontrá-la na resposta misteriosa da cruz. Na realidade ele descobre que a cruz é um símbolo universal, presente em todas as manifestações da natureza e, contudo, incapaz de ser reconhecida justamente pela forma simbólica que ela assume em cada uma de suas manifestações. Diante dessas premissas, Justino sublinha a importância da autenticação da profecia, a qual, na sua opinião, acontece de duas formas diversas: a primeira através da prova, por assim dizer, histórica da sua autenticidade, isto é, quando aquilo que foi profetizado acontece realmente no curso sucessivo da história; segundo, através da prova da razão, que permite reconhecer a sua razoabilidade.

De Melitão de Sardes pode-se dizer que as gerações inteiras de Padres cristãos aproveitaram suas ideias e que as liturgias cristãs do Oriente e do Ocidente declamaram improperios muito semelhantes aos que podemos encontrar em sua Homilia sobre a Santa Páscoa. Sua praxe não deixou de ser seguida nem mesmo quando alguns Padres antigos, mostraram acentuação excessiva do sofrimento na referência à Páscoa de Cristo e reivindicaram a necessidade de ler a Páscoa do Senhor, em vez de à luz do paschein grego, à luz dos significado originário do pesah hebraico e do contexto exótico, que podia e devia comportar tudo isso.

Além disso o autor nos mostra como permanece a acentuação substitutiva que se reforçou ulteriormente, dando origem a uma polêmica que se tornaria cada vez mais áspera, devido, talvez, à permanência na história, além de toda evidência teológica do povo de Israel no mundo habitado – assim parecia para todos os efeitos – quase completamente cristão.



De Ireneu de Lyon, Grgano observa a formação de uma convicção que, em seguida, será desenvolvida por outros Padres e que chegará até à Idade Média ocidental. Trata-se da intuição paulina segundo a qual “o espiritual examina todas as coisas, porém ele não é examinado por ninguém” (1Cor 2,15); isso permite que o ponto de referência substancial para uma correta interpretação da Bíblia seja um intérprete que possa ser reconhecido como *espiritual* e, justamente enquanto tal, aja em nome do Espírito Santo, julgando todas as coisas e não sendo julgado por ninguém.

O contexto geral no qual se deve colocar o pensamento de Ireneu é certamente dado pela polêmica antignóstica. Os gnósticos eram hábeis na explicação das Escrituras com textos extraídos das próprias Escrituras, buscando conseguir um acordo objetivamente inexistente entre as suas ideias e os textos bíblicos do Antigo e do Novo Testamento. Pelo mesmo motivo não respeitam a integridade do texto bíblico nem sua consequencialidade. Por isso, acabam inevitavelmente em confusão, preocupados que estão em demonstrar com a autoridade do Senhor pensamentos que têm fundamento e justificação somente nas próprias fantasias.

Diante desse múltiplo ataque à ortodoxia da fé, realizado com a utilização de uma ortodoxia ligada em todos os aspectos à ideologia gnóstica, e, mais ainda, com a pretensão de referir-se a um suposto ensinamento secreto de Jesus, Ireneu se sente obrigado a correr para repará-lo, estabelecendo precisos critérios de referência que permitam aos fiéis da grande Igreja distinguir o grão da palha e a verdade do erro. Ireneu estabelece a *regra da verdade*, evidenciando que a regra de Escritura seja não somente respeitada pela comunhão eclesial, mas também fundada solidamente sobre a indissolúvel confissão da fé no único Deus que institui a unidade das Escrituras e contesta toda tentativa de contra-posição entre o criador do universo e o seu redentor, como é ensinado na Igreja por aqueles que guardam o ensinamento apostólico, sem nada acrescentar ou mudar.

Com Ireneu dá-se um passo qualitativo devido aos esclarecimentos que, graças a ele, receberam os critérios hermenêuticos já supostos do Novo Testamento e recebidos por todos os primeiros Padres cristãos. Contudo, alguns elementos foram sublinhados por Ireneu de forma particular. Dentre estes, pode-se lembrar alguns, como, por exemplo, o critério da utilidade, que deve possuir, por definição, toda Escritura considerada inspirada. Sublinhe-se que, para o bispo de Lyon, ela é, so-



bretudo, relativa a uma correta confissão de fé que coloca em primeiro plano a concordância com a *norma veritatis*.

Com a reflexão hermenêutica de Hipólito pôde-se observar que nos primeiros Padres amadurece a convicção de que o verdadeiro senso de um texto liga-se somente com a abertura à *significatio mysterii*, a qual, por sua vez, coincide com a realização da *voluntas Spiritus*. A preocupação de atingir o conhecimento desta última é tão exigente e totalizante que muitas vezes se passa rapidamente do significado obtido na primeira leitura do objeto-texto à dedicação exclusiva da releitura atenta, realizada com base nas hipóteses extraídas do evento Cristo, em relação às verdades cridas na Igreja.

Hipólito parece ter sido o primeiro a propor uma interpretação do texto bíblico atenta ao dado teológico propriamente dito, seja ao dado místico, seja ao espiritual. O autor procura compreender o seu método, mas sobretudo o propõe de tal forma que pode convidar a cada um dos leitores na contemplação do mistério do Deus trinitário, que revela sua *economia ad intra* pela encantadora *economia ad extra*.

Para ele, os questionamentos que permitem ao texto falar e resolver os enigmas, guardados tão ciosamente nas próprias páginas, brotam todos, praticamente, do patrimônio global da fé. Porém, eles projetam muitas vezes tal intensidade de luz sobre o objeto-texto que este último é obrigado a revelar aspectos remotíssimos e extremamente precisos do próprio conteúdo, que não seriam possíveis de ser extraídos de outra forma. Resulta disso a extrema variedade de descobertas feitas pela releitura particular de cada texto, mas também a convicção não somente do aspecto insondável de cada texto inspirado, bem como da conexão constante entre progresso no caminhos da fé e progresso na compreensão de um texto dado. Percebe-se que essa dupla convicção, já presente em Hipólito, quando reivindica de modo exclusivo ao *subiectus Ecclesiae* uma compreensão adequada do Cântico dos Cânticos, tornará no futuro um dos maiores critérios hermenêuticos desfrutados na tradição dos Padres.

O autor nos mostra que o conteúdo teológico da *Interpretatio Cantici Canticorum* deixa claro que o tema central da obra é o mistério da economia da salvação. A vontade de Hipólito é compreender, de alguma forma, o mistério da Trindade na sua relação com a vida da humanidade. A fórmula *mistério da economia* resume bem o itinerário do Verbo, Filho de Deus, da sua presença no íntimo do Pai, a sua infusão sobre toda a humanidade, querendo significar uma vontade teológica di-



nâmica: o Pai, desde toda a eternidade, tem dentro de si o Verbo. Gera-o com a finalidade de se achegar as pessoas na perspectiva de se tornar um homem em meio a eles, para comunicar-lhes a vida divina do Pai e reuni-los em uma única comunidade.

Como conclusão podemos observar que o ponto de partida da exegese patrística, seja pelo método usado, seja pelo conteúdo, só poder ser individualizado pelo Novo Testamento, embora sua canonização só tenha acontecido na época patrística. Antes, se partia dessa constatação para estabelecer uma espécie de *continuum* entre os autores que produziam o conjunto dos livros do Novo Testamento e os autores cristãos sucessivos ou mesmo, em alguns casos, contemporâneos. Todos esses autores, indistintamente, deixaram-se conduzir pelo princípio de que tudo aquilo eu tinha acontecido, nos fatos e nas palavras de Jesus de Nazaré, foi lido como realização de figuras, imagens, profecias já presentes na tradição de Israel e nos livros considerados sagrados por essa mesma tradição.

A primeira forma aplicativa deste princípio, que podemos chamar de hermenêutica cristã incipiente, foi a de individualizar, justamente nos mesmos textos da comunidade de Israel, os traços mais ou menos evidentes que comprovam essa convicção cristã. Foi considerado convincente pela maioria dos estudiosos sintetizar esse método no final dos *Testimonia*, entendidos como verificação textual da possibilidade e mesmo necessidade de interpretar somente dessa forma o justo significado seja do texto bíblico, seja dos fatos, seja ainda dos textos que dizem respeito a Jesus de Nazaré.

Na prática isto significou, tanto para os autores do Novo Testamento como para os Padres chamados *apostólicos*, que aquilo que convencionalmente chama-se Antigo Testamento e aquilo que chama-se Novo Testamento, reciprocamente, a verdade dos fatos e dos ensinamentos. Conclui-se, assim, que, formalmente, se tenha formulado somente alguns séculos depois o princípio de que “todo o Novo Testamento está contido ocultamente (*latet*) no Antigo Testamento e todo o Antigo Testamento é revelado abertamente (*patet*) no Novo Testamento” (Agostinho de Hipona).

A busca aos textos que demonstravam mais ou menos abertamente a validade dessas convicções foi bem ampla e os frutos dessa procura intensa continuaram durante o período patrístico da história da Igreja cristã.